VUNESP - 2018 - TJ/MT - Juiz Substituto Adaptada

01. A Constituição Federal de 1988 promove a repartição de competências ambientais pelos mesmos mecanismos da competência em geral entre os entes federativos. Dessa forma, na seara ambiental, no âmbito da competência legislativa e da competência administrativa, é correto afirmar que

A) Compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios legislar concorrentemente orçamento. Trata-se de disposição expressa na Constituição.
B) Lei complementar poderá autorizar o Distrito Federal legislar sobre questões específicas relacionadas a trânsito e transporte.
C) Compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios legislar concorrentemente Civil.
D) É competência privativa legislativa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios legislar sobre propaganda comercial
E) Em relação a matérias de jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia, Lei complementar não poderá autorizar os Estados a legislar sobre estas questões.

Questão Elaborada pelo Professor

02. Sobre os Municípios:

A) A doutrina dominante diz que é possível se falar em Poder Constituinte Decorrente estendido aos Municípios.
B) Para a composição das Câmaras Municipais, será observado o limite máximo de 54 vereadores, nos Municípios de mais de 8.000.000 (oito milhões) de eleitores.
C) Para a composição das Câmaras Municipais, será observado o limite mínimo de 09 vereadores, nos Municípios de até 15.000 habitantes.
D) Não enviar o repasse até o dia vinte de cada mês, pode caracterizar crime de responsabilidade do Presidente da Câmara Municipal.
E) Criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual, compete aos Munícipios e está expresso na Constituição de 1988

VUNESP - 2019 - Prefeitura de Campinas - Auditor Fiscal Tributário

03. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos. A respeito da matéria, assinale a alternativa que se coaduna com a Constituição Federal.

A) A criação de Municípios far-se-á por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerá de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal.
B) Os Estados podem subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, por meio de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei ordinária.
C) É vedado aos Municípios estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou de colaboração de interesse público.
D) Os Territórios Federais integram a União e podem ser transformados em Estado, mediante aprovação da população diretamente interessada, por meio de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.
E) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios recusar fé aos documentos públicos, salvo em hipóteses excepcionais estabelecidas em lei complementar.

Questão Elaborada Pelo Professor

04. Com relação aos ESTADOS FEDERADOS, assinale a incorreta:

A) Compete às Assembleias Legislativas dispor sobre seu regimento interno, polícia e serviços administrativos de sua secretaria, e prover os respectivos cargos.
B) A lei disporá sobre a iniciativa popular no processo legislativo estadual.
C) A eleição do Governador e do Vice-Governador de Estado, para mandato de quatro anos, realizar-se-á no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato de seus antecessores, e a posse ocorrerá em primeiro de janeiro do ano subsequente, observado, quanto ao mais, o disposto no art. 77(possibilidade de 2 turnos), caso tenham mais de 200 mil eleitores.
D) Os subsídios do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado serão fixados por lei de iniciativa da Assembleia Legislativa.
E) O subsídio dos Deputados Estaduais será fixado por lei de iniciativa da Assembleia Legislativa, na razão de, no máximo, setenta e cinco por cento daquele estabelecido, em espécie, para os Deputados Federais.

VUNESP- 2019 - Prefeitura de Birigui/SP - Educador de Creche

05. São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
Conforme a Constituição Federal, Art. 41, o servidor público estável

A) Perderá o cargo mediante procedimento de avaliação de desempenho conduzido pelo Conselho de Escola.
B) Será demitido se for extinto seu cargo ou declarada a sua desnecessidade.
C) Perderá o cargo mediante solicitação de vereador da municipalidade.
D) Será reintegrado ao cargo com direito a indenização se sua demissão for invalidada por sentença judicial.
E) Perderá o cargo mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.

Questão Elaborada pelo Profesor

06. O artigo 39 da Constituição, estabelece que serão aplicados aos servidores ocupantes de cargo público alguns direitos descritos no art. 7º da CF (Direitos trabalhistas). Assinale a alternativa de um dos direitos do rol do art 7º, que seja estendido constitucionalmente aos servidores

A) Fundo de garantia do tempo de serviço.
B) Redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança.
C) Jornada de 6 horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.
D) Remuneração do trabalho noturno superior à do diurno no mínimo em 50% .
E) Piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.

VUNESP - 2016 - MPE/SP - Oficial de Promotoria I

07. As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas

A) Aos casos de contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.
B) Aos servidores com acumulação remunerada de dois cargos públicos.
C) Às autarquias, empresas públicas e suas subsidiárias.
D) Às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
E) À administração fazendária e aos seus servidores fiscais.

08 Questão Elaborada pelo Profesor

O artigo 38 da CF, após EC 103/2019 passou a vigorar com alteração importante. Diante de tal dispositivo Constitucional, assinale a correta

A) Tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função.
B) Investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe vedado optar pela sua remuneração.
C) Investido no mandato de Vereador, havendo ou não compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
D) Em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, inclusive para promoção por merecimento.
E) Na hipótese de ser segurado de regime próprio de previdência social, permanecerá filiado a esse regime, no ente federativo de origem.

Questão Elaborada pelo Profesor

09. Em 2019 tivemos uma importante reforma da Previdência. Dentre as alterações trazidas pela EC 103/2019, podemos destacar que:

A) O servidor abrangido por regime próprio de previdência social será aposentado por incapacidade permanente para o trabalho, no cargo em que estiver investido, quando insuscetível de readaptação, hipótese em que será obrigatória a realização de avaliações anuais periódicas para verificação da continuidade das condições que ensejaram a concessão da aposentadoria.
B) É vedada a adoção de requisitos ou critérios diferenciados para concessão de benefícios em regime próprio de previdência social, ressalvado o caso de servidores cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, permitida a caracterização por categoria profissional.
C) Nos termos da Constituição de 1988, o servidor abrangido por regime próprio de previdência social será aposentado aos 62 (sessenta e dois) anos de idade, se mulher, e aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem em todas entidades federativas.
D) Desde que previamente submetidos a avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar, poderemos falar em aposentadoria diferenciada para servidores com deficiência.
E) Escrevente que se torna Deputado Federal, após a EC 103/2019(reforma da Previdência) será regido pelo Regime próprio dos Congressistas..

VUNESP - 2011 - TJ/SP - Escrevente

10. Na hipótese de ato de improbidade administrativa que importe em prejuízo ao erário, o agente público está sujeito, dentre outras penalidades, à suspensão dos direitos políticos de

A) Um a dois anos.
B) Dois a três anos.
C) Dois a quatro anos.
D) Cinco a seis anos.
E) Cinco a oito anos.

Questão Elaborada pelo Profesor

11. Nos termos da lei de improbidade conceder benefício administrativo ou fiscal sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie é ato de improbidade que causa prejuízo ao Erário. Já conceder, aplicar ou manter benefício financeiro ou tributário contrário ao que dispõem o caput e o § 1º do art. 8º-A da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003 é ato de improbidade decorrentes de Concessão ou Aplicação Indevida de Benefício Financeiro ou Tributário. Assim podemos afirmar que

A) A afirmação é falsa.
B) O que se afirmou é verdadeiro e a proibição de contratar com o Poder Público, como penalidade aos casos, é a mesma em ambos os casos
C) A afirmação é verdadeira e suspensão dos direitos políticos, de 5 a 8 anos, é possível em ambos os casos
D) Podem ser condutas culposas e também serão punidas
E) A Afirmação é parcialmente verdadeira

VUNESP - 2019 - Câmara de Serrana/SP - Analista Legislativo

12. Nos termos da Lei de Improbidade Administrativa (Lei n° 8.429/1992), quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá à autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar

A) Ao Ministério Público, para a indisponibilidade dos bens do indiciado.
B) Ao juiz criminal responsável, para processar e julgar o acusado.
C) Ao seu superior imediato, para aplicação das penalidades cabíveis.
D) À Corregedoria competente do órgão público no qual ocorreu o ato improbo.
E) À Procuradoria Geral competente, com a finalidade de bloquear os bens do infrator.

Questão Elaborada pelo Profesor

13. Assinale a alternativa que está em dessintonia com o disposto na Lei n.º 14.141/07 do Município de São Paulo, que trata do processo administrativo municipal:

A) A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da primazia no atendimento ao interesse público, economicidade, eficiência, legalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, impessoalidade e publicidade

B) O agente público administrativo observará na sua atuação, dentre outros, os seguintes princípios, objetividade no atendimento ao interesse público, vedada a promoção pessoal de agentes ou autoridades

C) O agente público administrativo observará na sua atuação, dentre outros, os seguintes princípios, proibição de cobrança de despesas processuais, ressalvadas as previstas em lei ou decreto

D) O agente público administrativo observará na sua atuação, dentre outros, os seguintes princípios, a atuação dos interessados para impulsionar o processo, não havendo impulsão de ofício

E) O agente público administrativo observará na sua atuação, dentre outros, os seguintes princípios, observância das formalidades essenciais com a adoção de formas simples

Questão Elaborada pelo Profesor

14. Nos termos da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, o controle externo, a cargo da Câmara Municipal, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, ao qual compete realizar, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo e Executivo e nas demais entidades descritas na lei, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, por iniciativa própria e, ainda, quando forem solicitadas:

A) Pelo Congresso Nacional, desde que haja pedido de 2/3 dos membros

B) Por cidadãos que subscreverem requerimento de pelo menos 5% do eleitorado do Município

C) Por cidadãos que subscreverem requerimento de pelo menos 5% dos habitantes do Município

D) Por cidadãos que subscreverem requerimento de pelo menos 1% (um por cento) do eleitorado do Município

E) Pelo prefeito, mediante ofício simples

VUNESP - 2019 - Câmara de Tatuí/SP - Procurador Legislativo

15. Nos termos da Lei de Acesso à Informação (Lei n° 12.527/2011), é dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação, em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas. Nesse sentido, os órgãos e entidades públicas deverão utilizar todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuserem, sendo obrigatória a divulgação

A) No diário oficial do Município, exceto para os Municípios com população de até 10 000 (dez mil) habitantes.
B) Em sítios oficiais da rede mundial de computadores (internet), exceto para os Municípios com população de até 20000 (vinte mil) habitantes.
C) No diário oficial do Município, exceto para os Municípios com população de até 20 000 (vinte mil) habitantes.
D) Em sítios oficiais da rede mundial de computadores (internet), exceto para os Municípios com população de até 10000 (dez mil) habitantes.
E) No diário oficial do Município e em sítios oficiais da rede mundial de computadores, independentemente do número de habitantes do Município.

Questão Elaborada pelo Profesor

16. Nos termos da do REGIMENTO INTERNO do TCM SP(Resolução n° 03, de 3/7/02, atualizada até a Resolução nº 22, de 14/08/2019), caso haja decisão de uma Câmara e que tenha sido objeto de embargos de declaração, quem decidirá?

A) Trata-se de atribuição exclusiva do Tribunal Pleno
B) Trata-se de atribuição privativa do Tribunal Pleno
C) Juiz Singular pode decidir
D) Juiz Singular pode decidir, desde que haja delegação do Pleno
E) Compete às Câmaras decidir

Questão Elaborada pelo Profesor

17. Nos termos da do REGIMENTO INTERNO do TCM SP(Resolução n° 03, de 3/7/02, atualizada até a Resolução nº 22, de 14/08/2019), o que significa Relator Certo?

A) Considera-se Relator Certo o Conselheiro que já tenha pedido vista dos autos em sessão anterior
B) Considera-se Relator Certo o Conselheiro mais antigo dos que votam
C) Considera-se Relator Certo o Conselheiro que já houver adiantado seu voto em sessão anterior, bem como o Relator do feito principal, para os processos posteriores dele originados
D) Considera-se Relator Certo o Conselheiro indicado pelo Pleno
E) Considera-se Relator Certo o Conselheiro mais idoso e que já houver adiantado seu voto em sessão anterior

Questão Elaborada pelo Profesor

18. Sobre os Tribunais de Contas no Brasil, assinale a alternativa correta:

A) O Tribunal de Contas pode apreciar a constitucionalidade das leis e dos atos do poder público, mesmo que em abstrato.
B) Um terço para compor o TCU serão escolhidos pelo Presidente da República, com aprovação do Congresso Nacional
C) O auditor, quando em substituição a Ministro, terá as mesmas garantias e impedimentos do titular e, quando no exercício das demais atribuições da judicatura, as de juiz de Tribunal Regional Federal
D) Qualquer cidadão, partido político com representação no Congresso, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União
E) O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento. Tratam-se de contas de gestão.

VUNESP - 2020 - Prefeitura de São Roque/SP - Advogado

19. A respeito dos Tribunais de Contas, de acordo com a Constituição Federal e com a jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa correta.

A) O Tribunal de Contas da União não possui competência para fiscalizar a aplicação de recursos repassados pela União mediante convênio a Município.
B) O Tribunal de Contas possui competência para direta e imediatamente suspender a execução de contrato administrativo, sempre que verificada ilegalidade capaz de gerar prejuízo ao interesse público.
C) O Tribunal de Contas possui competência para realizar, por iniciativa própria, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas do Poder Executivo.
D) Deverão ser obedecidos os princípios do contraditório e da ampla defesa pelo Tribunal de Constas na apreciação da legalidade do ato de concessão de aposentadoria.
E) O Ministério Público de Contas possui competência privativa para executar multa resultante de sanção aplicada pelo Tribunal de Contas.

Questão Elaborada pelo Professor

20. Nos termos da LEI Nº 9.167, DE 03 DE DEZEMBRO DE 1980, assinale a correta:

A) Não poderão ser, contemporaneamente, Conselheiros, parentes consanguíneos, na linha ascendente ou descendente, na linha colateral até o quarto grau, ou ligados pela afinidade
B) Desde a nomeação, é vedado, aos Conselheiros, sob pena de perda do cargo, mediante sentença judicial transitada em julgado exercer comércio, bem como gerência ou cargo diretivo de sociedade comercial
C) Para eleição do Presidente do TCM, terão direito a voto os Conselheiros titulares em exercício, bem como os que estiverem em gozo de férias ou de licença, para esse fim devidamente convocados.
D) O Presidente e o Vice-Presidente serão eleitos por seus pares e servirão durante o período de 2 anos.
E) Desde a posse, aplicar-se-ão aos Conselheiros as mesmas garantias, prerrogativas e impedimentos de um de juiz de Tribunal Regional Federal